



III SEMPED

FORMAÇÃO DOCENTE: COMPLEXIDADES,
PERSPECTIVAS E (DES)VALORIZAÇÃO.

15 A 19 DE SETEMBRO DE 2025



CCP
Colegiado de Pedagogia
Vitória da Conquista

VOZES NEGRAS FEMININAS NA SALA DE AULA: A LITERATURA COMO CAMINHO PARA A LEI 10.639/03 NO ENSINO DE SOCIOLOGIA

LAIZA VITORIA COSTA XAVIER¹

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA / UESB

NUBIA REGINA MOREIRA²

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA / UESB

Resumo

A Lei nº 10.639/2003 tornou obrigatório o ensino da História e Cultura Afro-brasileira nas instituições escolares, constituindo-se como instrumento de enfrentamento ao racismo e de valorização das identidades negras. Entretanto, sua aplicação ainda encontra obstáculos, especialmente na escolha de materiais didáticos que incorporem de forma efetiva essa perspectiva. Nesse contexto, a literatura produzida por mulheres negras apresenta-se como recurso pedagógico capaz de articular conhecimentos, memórias e experiências que ampliam o debate sobre a população negra no Brasil. Este estudo analisa o potencial dessa produção literária na implementação da Lei 10.639, fortalecendo a educação para as relações étnico-raciais e incentivando o desenvolvimento do pensamento crítico. A pesquisa foi fundamentada em revisão bibliográfica de obras como Quarto de Despejo (Carolina Maria de Jesus) e Ponciá Vicêncio (Conceição Evaristo), bem como de artigos acadêmicos sobre a temática. Os resultados evidenciam que a inserção dessas narrativas em sala de aula estimula a identificação de estudantes negros, sensibiliza alunos não negros para questões raciais e enriquece a competência linguística e argumentativa no ensino médio, promovendo reflexões sobre racismo, identidade e ancestralidade.

Palavras-chave: Ensino de Sociologia. Literatura de Mulheres Negras. Lei 10.639/03.

Introdução

A promulgação da Lei nº 10.639/2003 representou um marco na luta contra o racismo institucional no Brasil, ao estabelecer a obrigatoriedade do ensino da História e Cultura Afro-brasileira em todos os níveis de escolaridade. Tal legislação propõe não apenas a inserção de novos conteúdos, mas a construção de práticas pedagógicas comprometidas com a valorização da identidade negra e a promoção da equidade racial. Apesar dos avanços, a efetivação dessa lei enfrenta entraves, como a ausência de materiais didáticos adequados e a resistência de parte do corpo docente em transformar o currículo de forma significativa.

Nesse cenário, a literatura produzida por mulheres negras se destaca como ferramenta potente de ensino e aprendizagem, pois reúne elementos que vão além da narrativa ficcional: ela preserva memórias, expressa vivências, denuncia desigualdades e propõe novas formas de

¹ Graduanda do Curso de Ciências Sociais da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia - UESB, laizavit2017@gmail.com;

² Professora Titular da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia - UESB, nubiamoreira@uesb.edu.br;



III SEMPED

FORMAÇÃO DOCENTE: COMPLEXIDADES,
PERSPECTIVAS E (DES)VALORIZAÇÃO.

15 A 19 DE SETEMBRO DE 2025



CCP
Colegiado de Pedagogia
Vitória da Conquista

ver o mundo. Autoras como Carolina Maria de Jesus e Conceição Evaristo traduzem, por meio de suas obras, experiências históricas e subjetivas que dialogam diretamente com as questões abordadas pela Lei 10.639/03. Ao serem inseridas no ensino de Sociologia, essas narrativas possibilitam uma abordagem crítica das relações étnico-raciais, fortalecem a identidade de estudantes negros e promovem o respeito à diversidade cultural.

Assim, este trabalho investiga de que maneira a literatura de mulheres negras pode contribuir para a implementação efetiva da Lei 10.639/03 no ensino de Sociologia, considerando seu potencial para ampliar repertórios culturais, desenvolver pensamento crítico e fomentar práticas educativas decoloniais.

Além disso, a transversalidade da literatura negra feminina permite conectar debates sociológicos fundamentais, como estratificação social, formação identitária e poder, às vivências concretas narradas pelas autoras. Desse modo, a utilização dessas obras em sala de aula não só atende à legislação, mas também ressignifica o próprio espaço educativo, transformando-o em um locus de diálogo, reconhecimento e descolonização do currículo.

Desenvolvimento

O debate fundamenta-se em autoras como Bell Hooks (2013) e Nilma Lino Gomes (2017), que defendem práticas pedagógicas capazes de reconhecer e valorizar as identidades negras no espaço escolar. A incorporação de narrativas historicamente marginalizadas favorece uma educação emancipatória e crítica. Nesse sentido, a literatura de mulheres negras ocupa papel central, oferecendo vozes antes silenciadas e possibilitando uma escuta atenta a vivências de exclusão, resistência e afirmação. O conceito de “escrevivência”, cunhado por Conceição Evaristo (2007), une escrita e experiência, transformando-se em ferramenta de reivindicação de memória e pertencimento. Ao serem trabalhadas em sala de aula, tais obras propiciam reflexões sobre desigualdades raciais e sociais, fortalecem a autoestima e a identidade de estudantes negros e ampliam o repertório cultural de toda a comunidade escolar.

O uso dessas narrativas no ensino de Sociologia potencializa o desenvolvimento de competências analíticas e argumentativas, permitindo que os estudantes estabeleçam relações entre conceitos sociológicos e realidades vividas. Além disso, ao promover a identificação de estudantes negros com as personagens e contextos retratados, tais obras fortalecem a autoestima e o sentimento de pertencimento, ao mesmo tempo em que sensibilizam estudantes não negros para as questões raciais, incentivando a empatia e a solidariedade.



III SEMPED

FORMAÇÃO DOCENTE: COMPLEXIDADES,
PERSPECTIVAS E (DES)VALORIZAÇÃO.

15 A 19 DE SETEMBRO DE 2025



CCP
Colegiado de Pedagogia
Vitória da Conquista

A literatura de mulheres negras também dialoga com as perspectivas de autores como Paulo Freire (1996), que defende uma educação dialógica, voltada para a libertação dos oprimidos. Ao serem trabalhadas em sala de aula, essas obras podem ser integradas a metodologias participativas, como rodas de leitura, debates e produções textuais críticas, transformando o espaço escolar em um ambiente de troca e construção coletiva do conhecimento.

Outro ponto relevante é que essas narrativas permitem abordar de forma transversal temas como racismo estrutural, desigualdade de gênero, marginalização social e resistência cultural, conectando-os às competências previstas para o ensino médio e ao que propõe a Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Assim, a integração da literatura de mulheres negras ao currículo de Sociologia não apenas cumpre a exigência legal da Lei 10.639/03, mas também contribui para formar cidadãos críticos, capazes de compreender e intervir na realidade social.

Portanto, a adoção de obras literárias de autoras negras no ensino médio deve ser entendida como estratégia pedagógica e política, que amplia repertórios culturais, democratiza o acesso a diferentes perspectivas e colabora para a construção de uma educação antirracista.

Vale ressaltar ainda que essas narrativas possibilitam uma análise interseccional, evidenciando como raça, gênero e classe se entrelaçam na produção das desigualdades. A literatura de autoras como Carolina Maria de Jesus e Conceição Evaristo expõe, a partir de lugares sociais específicos, as dinâmicas de exclusão e resistência que marcam a experiência negra no Brasil. Trabalhar tais textos no ensino de Sociologia significa, portanto, ir além da transmissão de conceitos abstratos; é permitir que os estudantes vejam a teoria sociológica refletida em histórias reais e sensíveis, promovendo uma aprendizagem significativa e politicamente engajada.

Metodologia

A pesquisa foi conduzida a partir de revisão bibliográfica, contemplando obras literárias de autoria de mulheres negras e textos acadêmicos que discutem a implementação da Lei 10.639/2003. Entre os materiais analisados, destacam-se Quarto de Despejo (Carolina Maria de Jesus) e Ponciá Vicêncio (Conceição Evaristo), que apresentam representações da experiência feminina negra e suas dimensões sociais, históricas e culturais. Também foram examinados artigos científicos e documentos oficiais que abordam práticas pedagógicas, dificuldades e



III SEMPED

FORMAÇÃO DOCENTE: COMPLEXIDADES,
PERSPECTIVAS E (DES)VALORIZAÇÃO.

15 A 19 DE SETEMBRO DE 2025



CCP
Colegiado de Pedagogia
Vitória da Conquista

estratégias para a inclusão de produções afro-brasileiras no currículo escolar.

O procedimento analítico pautou-se na análise de conteúdo, com o objetivo de identificar, nas obras selecionadas, temas, categorias e representações que dialoguem diretamente com os eixos previstos pela Lei 10.639/03, tais como ancestralidade, resistência, racismo e construção identitária. A leitura das obras literárias foi realizada de forma atenta às estratégias narrativas e aos contextos sociais nelas representados, permitindo extrair não apenas os conteúdos temáticos, mas também as possibilidades de abordagem pedagógica que cada texto oferece para o ensino de Sociologia.

Para garantir um recorte significativo, foram estabelecidos como critérios de seleção das obras: a) autoria feminina e negra; b) reconhecimento literário e acadêmico; c) potencial de articulação com conceitos sociológicos (como desigualdade, gênero, etnia e poder); e d) representatividade de experiências e vozes historicamente silenciadas. Essa triangulação entre obra literária, fundamentação teórica e diretrizes legais permitiu construir uma análise qualitativa focada no potencial transformador dessas narrativas no contexto escolar.

A abordagem metodológica adotada, de natureza qualitativa e interpretativa, permite uma imersão analítica nos textos, privilegiando a compreensão das camadas de significado social, político e existencial presentes nas narrativas. A análise não se restringe ao conteúdo manifesto, mas busca apreender as estruturas de sentimento, as estratégias de resistência e os projetos de futuro inscritos nas "escrevivências" das autoras, compreendendo-as como documentos vivos que interrogam e ampliam o cânone sociológico tradicional.

Por fim, a análise conectou constantemente as histórias das autoras com três pilares: a lei (10.639/03), os conceitos da Sociologia e as teorias sobre ensino. Esse diálogo entre literatura, legislação e teoria teve um objetivo claro, mostrar que essas obras não são apenas exemplos, mas sim fontes poderosas de questionamento e aprendizado. Elas ajudam a construir um conhecimento escolar que questiona visões únicas e promove uma educação contra o racismo e a favor da autonomia dos estudantes.

Considerações Finais

A literatura de mulheres negras revela-se um recurso pedagógico potente para o ensino da história e cultura afro-brasileira, favorecendo práticas educativas comprometidas com a equidade e a justiça social. Sua inserção no ambiente escolar contribui para a efetivação da Lei 10.639/2003, ao mesmo tempo em que estimula o desenvolvimento crítico e a valorização da



III SEMPED

FORMAÇÃO DOCENTE: COMPLEXIDADES,
PERSPECTIVAS E (DES)VALORIZAÇÃO.

15 A 19 DE SETEMBRO DE 2025



CCP
Colegiado de Pedagogia
Vitória da Conquista

diversidade cultural. Para ampliar esse impacto, é necessário que políticas públicas educacionais priorizem o acesso a tais obras e promovam a formação continuada de docentes para o trabalho com essa produção literária de forma contextualizada e sensível. Dessa forma, a escola pode se tornar um espaço de construção de saberes que reconheçam e legitimem as vozes e histórias negras.

Por fim, reconhece-se que a inclusão da literatura de mulheres negras no ensino de Sociologia representa um passo importante na desconstrução de narrativas hegemônicas e na afirmação de uma educação plural. No entanto, é fundamental que essa incorporação seja acompanhada de uma reflexão institucional contínua sobre práticas racistas e excludentes ainda presentes no ambiente escolar. Só assim a lei 10.639/03 poderá cumprir seu papel não apenas normativo, mas transformador, contribuindo para a formação de sujeitos críticos e para a construção de uma sociedade verdadeiramente democrática e antirracista.

Referências

BRASIL. Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, 10 jan. 2003.

EVARISTO, Conceição. Da grafia-desenho de minha mãe à escrita toda nossa. In: DUARTE, Constância Lima; HOLLANDA, Heloisa Buarque de (Orgs.). **Escritoras brasileiras do século XX**. Rio de Janeiro: Rocco, 2007. p. 173–181.

GOMES, Nilma Lino. **Pedagogia decolonial**: práticas pedagógicas insurgentes em contextos periféricos. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.

HOOKS, Bell. **Ensinando a transgredir**: a educação como prática da liberdade. Trad. Ana Luiza Libânio. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2013.

JESUS, Carolina Maria de. **Quarto de despejo**: diário de uma favelada. São Paulo: Ática, 2019.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. 25 ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.